

# AS CONTRIBUIÇÕES DA REFORMA EDUCACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA

Bruno Laurentino da Silva<sup>1</sup> - UERN ([b\\_laurentino\\_s@hotmail.com](mailto:b_laurentino_s@hotmail.com))  
Fabiana Galdino da Silva<sup>2</sup> - UERN ([fabiana.galdino@yahoo.com.br](mailto:fabiana.galdino@yahoo.com.br))  
Lilian Rodrigues da Silva<sup>3</sup> - UERN ([lilian\\_rodrigues86@hotmail.com](mailto:lilian_rodrigues86@hotmail.com))  
Karlla Christine Araújo Souza<sup>4</sup> – UERN ([karlla\\_chris@yahoo.com.br](mailto:karlla_chris@yahoo.com.br))

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as contribuições da reforma educacional brasileira, iniciada no ano de 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) na construção do currículo de Sociologia para alguns Estados do Brasil que já oficializaram seu currículo. Iremos relacionar os documentos oficiais – DCNEM, PCN e OCEM às propostas em tela. Tal preocupação surgiu através de discussões semanais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *campus* central, Mossoró-RN, no intuito de elaborarmos uma proposta curricular de Sociologia para o Estado do Rio Grande do Norte. Buscamos analisar algumas diretrizes importantes para elevar e consolidar o ensino de sociologia nas escolas parceiras do PIBID e perceber a contribuição destas na elaboração de outros currículos que estudamos de modo comparativo. A obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino médio é sem dúvida uma grande conquista na educação brasileira, visto que o ensino desta possibilita uma formação crítico-reflexivo, especialmente em relação à vida social do jovem estudante. Frente a esta realidade e compreendendo a importância de tal conquista, e ainda, reconhecendo todas as ações que se fizeram necessárias para alcançá-la, partindo de forma específica das políticas educacionais, visamos dar nossa parcela de contribuição na construção do currículo de sociologia para o ensino médio no Estado do Rio Grande do Norte.

**Palavras-Chaves:** Sociologia. Currículo. Reforma Educacional.

---

<sup>1</sup> Licenciando em Ciências Sociais, Bolsista do PIBID – UERN/CAPES

<sup>2</sup> Licencianda em Ciências Sociais, Bolsista do PIBID – UERN/CAPES

<sup>3</sup> Licencianda em Ciências Sociais, Bolsista do PIBID – UERN/CAPES

<sup>4</sup> Coordenadora PIBID Ciências Sociais – UERN/CAPES

## **INTRODUÇÃO**

As políticas educacionais, ou reforma educacional, estão vinculadas aos grupos das políticas públicas sociais do país. No Brasil a política educacional foi defendida de diferentes formas por ser considerada um elemento de normatização do Estado que envolve diferentes interesses políticos. Podemos enfatizar que a política educacional de um país deve ser guiada pelo povo, respeitando o direito individual de cada cidadão e assegurando o bem comum de todos, e por isto analisamos estes pontos para melhor direcionar a construção do currículo de Sociologia para nosso estado com base nas diretrizes propostas pelos documentos oficiais resultados dessa reforma e das conquistas dos cidadãos envolvidos nessa luta política.

As pesquisas sobre políticas educacionais têm representado um corpo coeso que precisamos conhecer melhor para enfatizar a importância do ensino de Sociologia e elaborarmos o currículo para as escolas parceiras do PIBID Ciências Sociais, ainda em construção.

Além disso, conhecer o interesse do aluno do ensino médio perante as aulas de Sociologia é um dos objetivos desta pesquisa. Engloba também este trabalho, perceber as habilidades e competências adquiridas pelos alunos através das aulas, e observar quais conteúdos são considerados importantes pelos alunos para que sejam considerados indispensáveis no currículo de Sociologia.

## **METODOLOGIA**

Para atingirmos os objetivos anteriormente citados, estudamos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), as orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), que são os documentos oficiais de orientação para a educação básica e o ensino de Sociologia no nosso país. A revisão teórico-prática iniciou com a análise dos currículos de Sociologia de quatro estados, que são: Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Além destes, também buscamos os textos de comentários destinados aos currículos mencionados. Ao término destas análises, experimentamos esta pesquisa com alunos do ensino médio, através do método de Grupo Focal. A partir deste instrumento de pesquisa qualitativa, conversamos com alunos do 1º,

2º e 3º anos das Escolas Estadual Governador Dix-Sept Rosado, Moreira Dias, Diram Amaral e Centro Integrado Prof. Eliseu Viana, localizadas em quatro regiões distintas da cidade Mossoró RN, no intuito de sabermos o interesse deles com as aulas de Sociologia; o que gostavam e o que não gostavam nas aulas; o que os interessavam estudar em sociologia. Optamos pela conversa informal, em ciclo, gravando apenas o áudio, para que pudéssemos analisar os resultados sem comprometer a identidade dos alunos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desafio de construir um currículo nos remete a várias questões desafiadoras e ao mesmo tempo de grande responsabilidade. Incorporar ensino de Ciências Humanas na escola básica, onde os olhares eram direcionados para a indústria e a técnica, foi uma superação na cultura escolar possibilitada da implantação destas novas áreas. Alguns alunos do Grupo Focal ainda tinham em mente de que a Sociologia era inútil, que seu ensino para nada servia na vida prática:

No começo eu achei que era besta, desnecessário, que não precisava estudar isso, mas agora vejo que não é nada disso (aluno 01)

Eu tipo não conhecia a matéria, só comecei a conhecer depois que fui estudar, eu achei chato no começo, porque era muita coisa que eu não entendia. Mas agora, partir do ensino médio eu comecei a gostar mais da matéria (aluno 03)

Este pensamento ainda é fruto de uma negação ao valor do ensino de Sociologia durante um longo período na história da educação brasileira. Conforme os PCN:

o imaginário social e o escolar ratificavam a impressão de que tais disciplinas, absolutamente inúteis do ponto de vista da vida prática, roubavam precioso tempo ao aprendizado da Língua Portuguesa e das Ciências Exatas." (PCN: 1999, p. 283)

A consulta aos alunos nos mostrou outra face do ensino de Sociologia, a questão dos conteúdos que queriam aprender e o que eles já teriam conhecimento. A resposta nos deu novos olhares para a importância de referenciar, analisar e abordar significativamente, para que haja uma compreensão, ligação com a vida cotidiana. Ao serem questionados sobre o que esperam das aulas de Sociologia, responderam que esperam uma linguagem menos formal, mais debates em sala de aula e uma ligação com o cotidiano. Assim, entendemos que os assuntos devem ser relevantes para sua vivência

social e contribuir para o desenvolvimento intelectual do aluno. Os conteúdos não devem ser reproduzidos da universidade, citamos:

(...) não significa dizer que o ensino se reduza à transmissão de um saber como se fosse uma palestra, uma conferência ou uma simples leitura na frente dos alunos. Se se atentar bem, aqui não é só a *mensagem* que importa, mas sobretudo a mediação (ou o meio) com que se apresenta essa mensagem.(OCN, 2006, p. 108-109).

O conhecimento a respeito da disciplina de Sociologia não era comum a todos os alunos, principalmente entre a maioria dos ingressantes no primeiro ano do ensino médio. Alguns citaram que ficaram espantados, mas que já tinham ouvido falar, mas ainda assim, não entendiam os objetivos. Entre os alunos do 2º ano, quase todos tinham estudado no 1º ano, e expressaram que já tinham algum entendimento a respeito da disciplina, mesmo que com dificuldades, mas esperavam que algo melhor pudesse ser ensinado. Os alunos do 3º tiveram conhecimento no 1º e 2º ano. Estes sim relataram a respeito das transformações de pensamento crítico-reflexivo depois das aulas de Sociologia.

Diante dos relatos dos alunos, notamos que o ensino de Sociologia já tem provocado algumas mudanças, como é o caso do estranhamento diante de situações que antes pensavam ser comuns ou triviais. Eles reconhecem que alguns problemas são fenômenos sociais, e que precisam ser estudados, conhecidos e explicados pelas Ciências Sociais. Como explica Tomazi: *"Desse modo, as OCN partem de dois fundamentos, princípios, perspectivas ou de uma disposição necessária para o ensino de Sociologia no ensino médio: o estranhamento e a desnaturalização(...)"* (TOMAZI,2007, p. 592).

As relações sociais são complexas e suas modificações ocorrem de maneira líquida, fluída. Sendo assim, o ensino de Sociologia é necessário, para ajudar os jovens a compreender essas mudanças, advindas das novas tecnologias de produção, informação e comunicação, novas formas de trabalho e extrema racionalização da vida em sociedade. Assim, o documento das OCN ressalta a importância da Sociologia como uma disciplina autônoma, com particularidades e especificidades que devem ser respeitadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final da pesquisa, entendemos que o currículo que propomos criar tem que ser composto por diversos pontos de interseção, ligados entre si pelas políticas educacionais, pelos estudiosos da área, pelo ponto de vista dos alunos, pela experiência dos professores em sala de aula. Nenhum desses caminhos é privilegiado em relação ao outro, nem inferior ou superior, como cita os PCN para o Ensino Fundamental (1998). Desta forma, podemos tentar construir um currículo com conteúdos que permitam aos alunos a desenvolverem as capacidades de inserção social, como parte de uma comunidade, ou classe, de um ou vários grupos sociais, comprometendo-se com questões que considerem importantes para a vida pessoal e coletiva. Assim, estaremos ensinando ao aluno com o ensino de Sociologia a “preparar para a vida” como afirmou uma aluna do 1º ano.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 3, de 26 de Junho de 1998. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 ago. 1998.

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio – Ciências Humanas e Suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, Brasília, 1999.

MORAES, Amaury Cesar; TOMAZI, Nelson Dacio; GUIMARÃES, Elisabeth Fonseca. **Análise crítica das DCN e PCN**. In Seminário Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília: MEC – SEB, v. 1, 2004, p. 343-372.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Conversa sobre Orientações Curriculares Nacionais (OCN)**, entrevistado por GOMES, Ana Laudelina Ferreira. Cronos, v. 8, n. 2, p. 591-601. Natal, jul./dez.2007.